

O OE'2019 que o país precisa e que o setor defende



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Já afirmei que o OE'2019 é um documento estratégico e orientador, que assume uma importância acrescida. Muitas matérias estão em discussão e têm de ser enquadradas no debate do próximo OE, o qual tem de dar satisfação equilibrada às necessidades do País. É essencial que as grandes opções de política económica e social não fiquem reféns dos ciclos eleitorais e se adote um quadro de previsibilidade que permita a todos – cidadãos, empresas e, em especial, investidores nacionais e estrangeiros –, a manutenção de níveis de confiança adequados.

Neste pressuposto, é fundamental perspetivar o próximo Orçamento em quatro eixos essenciais:

Há matérias transversais que não devem ser politizadas

1.º: A importância do Investimento Público como fator de desenvolvimento e de coesão territorial. O investimento público deve ser o catalisador do investimento privado. A

discussão sobre o “Plano Nacional de Investimentos 2020-2030” constitui uma oportunidade única para gerar consensos, calendarizar projetos a curto, médio e longo prazo, bem como estabelecer a alocação dos meios destinados à sua concretização plurianual e que o OE'2019 Orçamento do Est.

2.º: A relevância do Investimento Privado, cuja consolidação depende da manutenção de um quadro de competitividade, de estabilidade e de confiança para os investidores. Num momento em que se discute uma Lei de

Bases para a Habitação, uma Nova Geração de Políticas para a Habitação, o arrendamento, a fiscalidade incidente sobre o imobiliário, é altura de promover o que o País tem de melhor e potenciar o imobiliário, enquanto destino de investimento nacional e estrangeiro. Portugal só tem a ganhar se for capaz de manter políticas equilibradas que permitam disponibilizar as habitações que o País necessita, dinamizar o arrendamento e alargar a reabilitação urbana a todo o território.

3.º: A produtividade e a competitividade do tecido empresarial, que exigem um quadro legal adequado às necessidades dos agentes económicos, que combata a clandestinidade, regule o mercado, promova a igualdade de oportunidades, o acesso a mão-de-obra especializada e a incorporação da inovação como verdadeira estratégia de gestão.

4.º: A internacionalização da construção e do imobiliário deve continuar a ser perspetivada como uma efetiva mais-valia, encarando a sua representatividade e importância, designadamente no apoio à expansão externa, alavancada por uma diplomacia económica cada vez mais ativa e por medidas de ordem fiscal que potenciem a atuação das nossas empresas no mercado global.

Uma questão permanece. Há matérias transversais que não devem ser politizadas. Que se impõem por si só, ou seja, pelo que representam para o nosso futuro coletivo. O debate faz parte do nosso regime democrático, mas a discussão política não pode esquecer o que é prioritário: a criação de condições para promover o crescimento e o emprego.